

---

## O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise

Regina Celia Baptista Belluzzo

**Resumo:** Apresentam-se resultados da Parte I de pesquisa sobre o estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil (2000-2016) envolvendo os indicadores que foram construídos conceitualmente desde 2003, a partir de projeto de pesquisa intitulado “Em busca de parâmetros de avaliação da formação contínua de professores do ensino fundamental para o desenvolvimento da *information literacy*”, desenvolvido em nível de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (UNESP-Araraquara) e agora, em melhoria contínua, foram atualizados e reformulados para a análise dos *corpus* de documentos com fundamento na Análise de Conteúdo de Bardin. Tais indicadores foram constituídos como sendo: questões terminológicas; contextos e abordagens teóricas; políticas e estratégias; inclusão social e digital; ambiente de trabalho; cidadania e aprendizagem ao longo da vida; busca e uso da informação; boas práticas; gestão da informação, gestão do conhecimento e inteligência competitiva; bibliotecas, bibliotecários e arquivistas; mídia e tecnologias; diferentes grupos ou comunidades; e, tendências e perspectivas. Ao final, é apresentada uma descrição conceitual desses indicadores para melhor compreensão e possibilidades de aplicação em futuras pesquisas e estudos.

**Palavras-chave:** Competência em Informação. Indicadores.

### 1 INTRODUÇÃO

Considera-se ser esta uma contribuição como sendo parte dos resultados do projeto “O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: cenários e espectro”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UNESP-Marília), na Linha de Pesquisa “Gestão, Mediação e Uso da informação” cujo objetivo principal visa à criação de base teórica e da aplicabilidade da competência em informação, enquanto um tema de interesse que atua transversalmente em articulações com áreas estratégicas de ensino e aprendizagem, da pesquisa, inovação, desenvolvimento social e da construção do conhecimento para o exercício da cidadania. Esse tema tem sido bastante pesquisado e divulgado nos países desenvolvidos, sendo que

no nosso contexto essas iniciativas têm ocorrido em pouca escala. Neste particular, menciona-se resultados de pesquisa realizada por Dudziak (2010, p.1) que, em suas considerações finais afirma:

A presença de estudos e pesquisas oriundos do Brasil ainda é pequena nas bases estudadas. Entretanto, é preciso considerar que as bases de dados utilizadas reúnem por si mesmas, um núcleo de periódicos e outras publicações que não explicita o universo total dos periódicos nos quais artigos brasileiros sobre o tema estão sendo ou foram efetivamente produzidos. Deste ponto de vista, torna-se muito importante potencializar a visibilidade das pesquisas e estudos conduzidos no Brasil, de modo a trazer ao mundo a real dimensão das atividades científicas desenvolvidas sobre o tema no território nacional (DUDZIAK, 2010, p.1)

Ressalta-se que o projeto foi proposto para oferecer um cenário que abrangesse toda a produção publicada no período de 2000 a abril de 2016 e que pudessem ser identificadas e analisadas como pesquisa docente de caráter trienal.

Inicialmente, como trajetória metodológica do projeto foi desenvolvida uma pesquisa/revisão bibliográfica junto às fontes impressas e eletrônicas (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), pesquisa on-line também em periódicos da área e de educação, base de dados da CAPES sobre dissertações e teses, bases disponibilizadas pelo IBICT e repertórios institucionais de universidades brasileiras, com o objetivo de mapear a produção científica de forma seletiva. Essa pesquisa foi desenvolvida por meio do recurso às palavras-chave quanto às áreas de origem/destino destas produções, visto a diversidade e imbricamento dos termos que envolvem as discussões, de temáticas subjacentes a estes termos, de formação dos pesquisadores e de instrumentos de disseminação da produção. Além disso, considerando-se essas dificuldades e o tempo disponível, optou-se por realizar o levantamento a partir: (1) das obras referidas pelos autores que produzem conhecimento em estudos sobre a competência em informação no Brasil; (2) das informações prestadas nos currículos cadastrados na Plataforma Lattes (palavras-chave: competência em informação, alfabetização informacional, competência informacional, letramento informacional, literacia informacional e outros similares); (3) dos acervos disponibilizados *on line* pelas bibliotecas universitárias, instituições oficiais da área de ciência da informação, de movimentos associativos inerentes e de organismos públicos

de interesse. Do levantamento inicial, com as revisões de duplicidade, de documentos fora do tema, entre outros, foram considerados como sendo *corpus* de interesse específico aos propósitos do projeto em questão, em uma primeira etapa de pesquisa, um total de 379 documentos (artigos publicados em periódicos (217); dissertações e teses divulgadas (129); livros (33); grupos de pesquisa (11) envolvendo o tema competência em informação e também 23 eventos específicos sobre a CoInfo, considerando-se que alguns resultados constituem marcos históricos no nosso contexto.

Em seguida, procurou-se estabelecer algumas categorizações para efeito da apresentação dos resultados de pesquisa/revisão bibliográfica tendo sido utilizados indicadores que foram identificados em pesquisa anteriormente realizada como requisito ao desenvolvimento de pós-doutorado junto à UNESP- Araraquara, no Programa de Pós-graduação em Gestão Escolar e que se encontram em Relatório Final (BELLUZZO, 2003) e definindo-se uma estrutura a partir de três contextos distintos e das concepções da competência em informação, tais como: concepção da informação (com ênfase na tecnologia da informação); concepção cognitiva (com ênfase nos processos cognitivos); e, concepção da inteligência (com ênfase no aprendizado) (DUDZIAK, 2003). Ressalte-se que a concepção da informação com ênfase na tecnologia tem como principal foco o acesso à informação, valoriza o conhecimento de mecanismos de recuperação, busca, e a utilização de informações em suportes eletrônicos. Na concepção cognitiva com ênfase aos processos cognitivos o foco centra-se no indivíduo, na forma como compreende e usa a informação em seu contexto particular, envolvendo o uso, interpretação e busca de significados, não somente para responder mecanicamente a perguntas, mas também para a produção de modelos mentais. Para a concepção da inteligência, com ênfase no aprendizado contínuo, há o envolvimento, além de habilidades e conhecimentos, com a noção de valores em estreita relação com as dimensões social e situacional e as mudanças individuais e sociais decorrentes, compreendendo o elo entre as concepções anteriores, sendo que todos os sujeitos são considerados aprendizes.

Desse modo, o propósito deste artigo é apresentar os indicadores que foram construídos para a análise do *corpus* de documentos identificados na literatura especializada nacional sobre o tema competência em informação e seus relacionamentos

a fim de que possam servir como parâmetros norteadores para futuras análises similares, contribuindo para a consolidação de uma base teórica sobre esse tema no Brasil.

## 2 INDICADORES DE ANÁLISE E SUA CONSTRUÇÃO

Inicia-se com a reflexão sobre a pergunta: “Por que usar indicadores?” Considera-se que os avanços obtidos nos processos de coleta, organização e disseminação de dados e informações, viabilizados, entre outros aspectos, pela tecnologia da informação, permitem seu uso de forma muito mais estratégica e precisa e por muito mais organizações e pessoas do que era possível há poucos anos atrás.

Assim, pode-se dizer que os indicadores precisam estar presentes em todas as etapas de qualquer trabalho que se quer realizar, ou seja, desde a formulação e planejamento, até a implementação e gestão de programas e projetos de qualquer natureza. As informações contidas nos indicadores orientam tomadas de decisões, viabilizando maior efetividade nas atividades a serem desenvolvidas.

Para poder responder à pergunta inicial, é preciso conceituar o que são esses indicadores. Existe um volume que pode ser considerado expressivo, porém, com grande variação de autor para autor. Desse modo, serão apresentados aqueles que foram considerados como sendo mais representativos para efeito de sua melhor compreensão.

Em termos mundiais, a origem dos indicadores retroage à época dos anos de 1940, com o relatório *Science: the endless frontier*, apresentado por Bush (1945), o qual serviu como subsídio para o estabelecimento de uma política científica e tecnológica dos Estados Unidos, estendendo-se posteriormente a outros países.

Outro conceito para os indicadores é apresentado pela *International Standardization for Organization* (ISO, 1998) e que pode ser sintetizado como sendo a expressão numérica, simbólica ou verbal empregada para caracterização de atividades em termos quantitativos ou qualitativos, cujo objetivo é determinar seu valor.

No início dos anos 2000, destaca-se que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2001) identificou como sendo indicadores uma série de dados definidos para responder a perguntas sobre um fenômeno ou um dado

sistema. Já a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP, 2002) considera que os indicadores devem ser entendidos como uma especificação quantitativa e qualitativa para medir o atingimento de um objetivo.

No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi a primeira instituição que procurou gerar indicadores de Ciência e Tecnologia (C&T) para o país e iniciou a coleta desses indicadores a partir dos anos de 1980. Mais recentemente, foram desenvolvidos os chamados indicadores de resultados, inicialmente limitados à produção científica e que, posteriormente, incorporam a produção de patentes e a transferência de tecnologia entre países. Entretanto, os indicadores de impacto na dimensão científica e tecnológica são os mais desenvolvidos (BRASIL, 2002).

Para Población; Oliveira (2006), no que se refere à geração de conhecimento científico, podem ser considerados os *inputs* e *outputs*. Os primeiros constituem uma combinação dos fatores que viabilizam a produção de determinada quantidade de bens e serviços, dando origem aos segundos respectivamente. Em decorrência, entende-se que esses dois aspectos constituem a base para a elaboração dos indicadores científicos.

Assim, o seu conceito envolve entendê-los como sendo variáveis definidas para medir um conceito abstrato, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental, com a intenção de orientar decisões sobre determinado fenômeno de interesse. Portanto, vale lembrar a importância de propriedades desejáveis aos indicadores e que foram mencionados na publicação intitulada “Construção e análise de indicadores” (Serviço Social da Indústria-SESI, 2010, p.13):

Confiabilidade da informação - utilizar dados de fontes confiáveis (secundários) ou coletados com metodologia adequada (primários). Comunicabilidade – focar em aspectos práticos e claros, fáceis de comunicar e que contribuam para envolver os interessados nos processos de monitoramento e avaliação. Disponibilidade e Periodicidade - para que os indicadores estejam disponíveis nas tomadas de decisões, escolher dados que sejam de fácil coleta e atualização, e atualizados com a mesma metodologia ao longo do tempo, permitindo a formação de bases históricas, em frequência compatível às necessidades de sua utilização. Desagregação - devem ser capazes de atender à necessidade de avaliar diferentes estratos sociais ou localidades, possibilitando ações específicas a cada grupo, segundo seus padrões de comportamento. Isto ajudará a entender a diversidade, estabelecer foco de ação

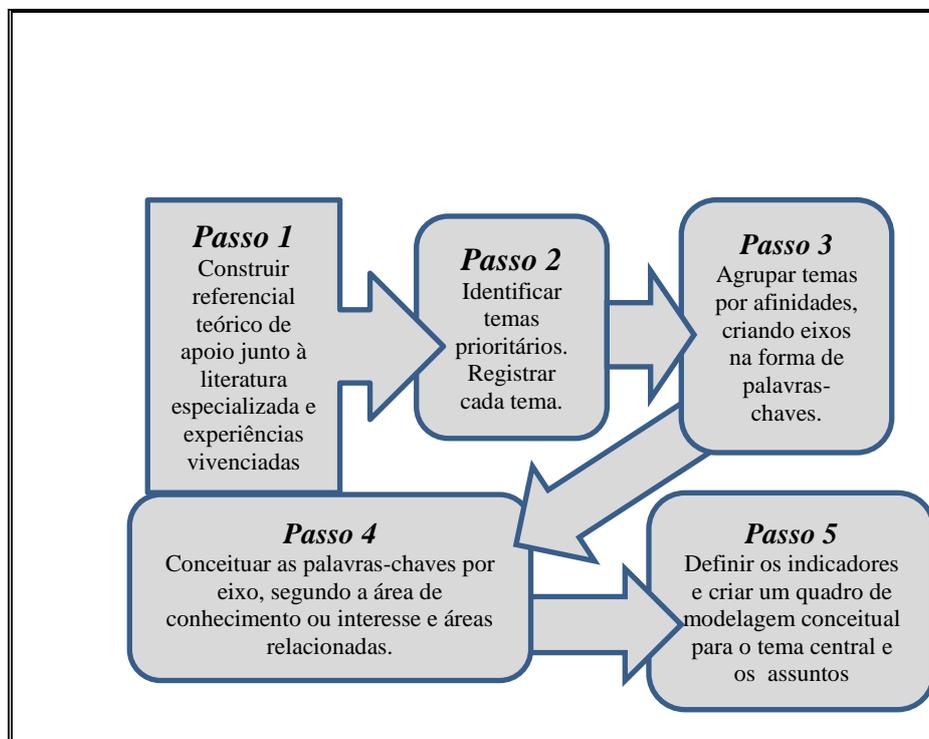
e garantir a representatividade e abrangência das informações [...] Especificidade com Sensibilidade - os indicadores não devem ser nem tão amplos, que não orientem a decisão a ser tomada, nem tão específicos, que só os entendam quem os formulou; devem, também, ser capazes de captar a maioria das variações sobre o fenômeno de interesse, [...] (SESI, 2010, p.13).

De acordo com a Escola Pública do Serviço Público do Espírito Santo (ESESP, 2016, p. 7) todo indicador:

pode ser definido como formas de representação, quantitativa e/ou qualitativa (psicometria), de características de produtos/serviços ou processos, geralmente utilizado para acompanhar e avaliar os programas, projetos e/ou ações ao longo do tempo. Conceito de maior abrangência que inclui qualquer medida ou observação classificável - qualitativa e quantitativa- capaz de “revelar” uma situação não aparente.

A principal razão de se estabelecer indicadores consiste em possibilitar analisar e interpretar as informações obtidas com a pesquisa, comparando-as com os objetivos e metas que forem estabelecidos. Devem ser considerados também outros parâmetros que forem julgados relevantes, de forma a verificar o alcance dos mesmos e identificar as necessidades de redirecionamentos. Na Figura 1 são detalhados os principais passos para o estabelecimento de indicadores.

Figura 1 – Passos para o estabelecimento de indicadores.



Fonte: Adaptado de Sesi (2010)

Vale lembrar também que alguns aspectos são recomendáveis quando se pretende estabelecer indicadores, destacando-se questionamentos iniciais sintetizados como os que seguem:

- O comportamento (histórico) deste indicador é conhecido?
- Existem parâmetros de comparação com outras localidades e ações (*benchmark*) ou recomendações de organismos internacionais (especificações ou *best practices*)?
- São conhecidas as inter-relações com outros indicadores para uma melhor interpretação e identificação das causas da situação em análise?
- Foi definida estratégia simples e prática para divulgar o indicador proposto às partes interessadas? (SESI, 2010)

Além disso, ressalta-se também que antes de ser iniciada a construção de um conjunto de indicadores, é fundamental definir claramente os objetivos pretendidos com o projeto que se quer monitorar, ou seja, quais as mudanças, as transformações desejadas ao final dos trabalhos.

Outro fator importante é considerar qual a forma de representar a informação será fundamental para facilitar sua análise e disseminação. Desse modo, sempre que possível, deve-se transformar os resultados em gráficos, mapas ou quadros conceituais que possibilitem um entendimento natural, intuitivo e lógico do que se quer comunicar.

Estabelecer relações entre os indicadores, explorando a interação entre eles, permite uma visão sistêmica da situação em análise, potencializa a geração de conhecimento e facilita a tomada de decisões. Assim, o cruzamento de indicadores poderá fornecer informações importantes sobre suas interações, que passariam despercebidas se analisadas em separado. Pode-se, ainda, elaborar uma estrutura hierárquica em diagrama ao estabelecer relações de causa, efeito e similaridade.

Como nem sempre é possível construir relações de causalidade hierárquicas, existe a possibilidade de construir essas relações na forma de uma rede distribuída, a qual se dá por diversas relações, em diferentes níveis, possibilitando uma visão sistêmica do problema enfrentado ou fenômeno estudado (SESI, 2010).

Em síntese, pode-se inferir que um sistema de indicadores é constituído em um conjunto de informações selecionadas e organizadas a partir de determinado tema, com o apoio de fontes produtoras oficiais ou produzidas internamente, para atender a objetivos específicos de quem o elabora com um fim pré-definido. Ainda, são considerados como unidades de medida que permitem analisar quantitativa e qualitativamente os resultados e impactos de processos e projetos, pertencendo ao contexto de princípios de gestão. Em termos gerais, os indicadores, portanto, podem ser aplicados e utilizados de forma ampla em qualquer ramo de atividade. Para se analisar especificamente uma atividade científica, como se pretendeu com a pesquisa em foco, podem ser elaborados e utilizados indicadores baseados em modelagem conceitual e análise estatística de ocorrências em um determinado campo científico.

Ressalta-se que a construção de indicadores da produção científica (*inputs e outputs*) constitui um processo complexo porque cada área de conhecimento possui características próprias, especialmente no que diz respeito às suas formas de divulgação de resultados, sendo importante que qualquer modelo de avaliação deva considerar tais diferenças (KOBASHI; SANTOS, 2004).

Com fundamento no exposto, buscou-se elaborar indicadores de análise para a produção científica envolvendo o tema Competência em Informação a fim de se oferecer subsídios que permitam a formação de séries temporais que possibilitem visualizar as tendências e perspectivas no tempo, permitir comparações, detectar lacunas e estabelecer necessidades de estudos e pesquisas a partir de uma visão sistêmica do seu estado da arte no contexto nacional. O resultado obtido encontra-se no quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores/categorias de análise dos resultados da pesquisa/revisão bibliográfica

**1 – CoInfo e questões terminológicas**

**2 – CoInfo em contextos e abordagens teóricas**

**3– CoInfo e políticas e estratégias**

**4 – CoInfo e Inclusão social e digital**

**5 – CoInfo no ambiente de trabalho**

**6 – CoInfo, cidadania e aprendizado ao longo da vida**

**7 – CoInfo e busca e uso da informação**

**8 – CoInfo e boas práticas**

**9 – CoInfo, gestão da informação, gestão do conhecimento e inteligência competitiva**

**10 –CoInfo e bibliotecas, bibliotecários e arquivistas**

11 –CoInfo, mídia e tecnologias

12 –CoInfo e diferentes grupos ou comunidades

13 –CoInfo, tendências e perspectivas

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Em continuidade a esta etapa 2, procedeu-se à conceituação e descrição dos indicadores para melhor compreensão, o que se apresenta a seguir.

## 2.1 Descrição conceitual dos indicadores

### 2.1.1 Questões terminológicas

Inicia-se por apresentar a contribuição de Mateus; Correia (1998, p.9) sobre a terminologia:

[...] uma terminologia é caracterizada pelo facto de os elementos que a constituem serem unívocos, ou seja, a cada termo corresponder apenas um significado no universo de referência. Esta característica inerente às terminologias torna-as num instrumento indispensável na construção e desenvolvimento da área em que se situam, participando assim da natureza da linguagem verbal que sustenta interactivamente a construção do mundo em que se movem os falantes.

Nessa mesma linha de pensamento, Isabel Margarida Duarte (2005, p.100), abordando a terminologia linguística, menciona que “o funcionamento da língua não pode ser dissociado do seu contexto de utilização, da sua inscrição no mundo social, da sua inserção nas interacções humanas.” Assim, ao se abordar as “questões terminológicas” como indicador para se analisar o estado da arte que envolve a Competência em Informação no país, considerou-se as menções dessas autoras que se acham disponíveis na literatura internacional.

Ressalta-se que o termo “terminologia” apresenta multiplicidade de sentidos, referindo-se a: uma disciplina, onde a ênfase recai no estudo de termos; uma prática, em

que estabelece um conjunto de princípios que regula a coleta e o tratamento de termos; um produto, resultado da prática, que consiste de um conjunto de termos de um assunto especializado mais sua codificação em vocabulários (CABRÉ, 1993).

A Competência em Informação é caracterizada por uma multiplicidade de interesses, abordagens de pesquisa e princípios teóricos. Isto pode ser visto como um sinal de forte desenvolvimento do campo em âmbito internacional (SUNDIN, 2011), mas também dá origem a certos desafios para a concepção, bem como para a leitura e compreensão de estudos empíricos centrados nessa temática. O termo *information literacy* vem sendo traduzido ao longo do tempo de diversos modos como, por exemplo, alfabetização informacional, competência informacional, competência em informação, letramento informacional entre outros e, por isso, a definição do termo ainda traz consigo inúmeras discussões na literatura especializada, tanto nacional quanto internacional.

Destaca-se que o primeiro termo a ser mais utilizado, devido às necessidades do próprio contexto, é o termo *Information Literacy* – esta terminologia anglo-saxã tem sido a mais divulgada, sobretudo por uma necessidade inerente à sua gênese e desenvolvimento como conceito e desenvolvimento das práticas associadas. Um terceiro termo, atualmente bastante utilizado, sobretudo pela contribuição em larga escala da comunidade de países de língua espanhola, quer na aplicação do conceito e prática, assim como no desenvolvimento de literatura científica sobre este tema é – *Alfabetización Informacional*. Poderá parecer desnecessário fazer esta chamada de atenção sobre os aspectos da terminologia, mas este fato é fundamental, visto que sendo desenvolvidos em contextos diferentes, poderão trazer mais valias para a partilha de experiências e projetos internacionais - como já acontece.

Com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), HORTON JÚNIOR (2013, 2014/2015) apresentou um estudo intitulado *Overview of information literacy: resources worldwide*, onde reuniu reflexões e discussão de especialistas e estudiosos sobre as terminologias utilizadas, como forma de tradução e de caráter internacional, a serem consideradas para a inserção e representatividade dos diferentes países na logomarca para a *information literacy*. Nas duas edições, o documento identificou como sendo a tradução adequada para o português

do Brasil e a ser utilizada na logomarca da referida instituição para representar esse país a expressão “Competência em Informação”, utilizada neste artigo. Justifica-se também o uso dessa expressão em outras contribuições de nossa autoria, pois, desde uma produção inicial, houve o entendimento de que assim deveríamos nos conduzir por considerar que outras formas de tradução oferecem ambiguidades semânticas e dificultam a sua compreensão.

### *2.1.2 Contextos e abordagens teóricas*

Ao longo de sua emergência e a necessidade de consolidação no cenário social contemporâneo, a CoInFo surge como uma área da Ciência da Informação, relacionando-se com diferentes áreas e subáreas específicas. Assim, esses campos, orientados por diversas correntes e perspectivas teóricas, acabaram por desenvolver, também, conceitos particulares, algumas vezes semelhantes, outras vezes sobrepostos e, em alguns casos, discordantes.

Compreende propostas teóricas (principais abordagens, dimensões, concepções, modelos, padrões, indicadores etc.) envolvendo a competência em informação e áreas correlatas e que precisam ser incorporadas a ações integradas e integradoras para oportunizar a construção de conhecimento e a consciência essencial da informação para todas as pessoas. Por ser um assunto que permeia todo e qualquer processo de aprendizado, investigação, criação, resolução de problemas e tomada de decisão, a CoInfo vai além das fronteiras da biblioteconomia e constitui um movimento transdisciplinar mundial, ainda que sob a égide de distintas denominações e ênfases.

Ressalta-se que tais propostas têm natureza interdisciplinar, sendo que o interesse e destaque, neste projeto, referem-se ao âmbito da Ciência da Informação e seus veículos ou meios de divulgação de pesquisas e estudos, envolvendo principalmente dimensões: de lecto-leitura (saber ler e escrever); sócio-cultural (saber em que tipo de sociedade se vive) e a tecnológica (saber interagir com máquinas complexas) (BELLUZZO, 2004).

### 2.1.3 Políticas e estratégias

Considera-se que as políticas, de modo geral, correspondem às diretrizes estabelecidas para a tomada de decisões nos contextos sociais. Dependem de procedimentos padronizados e de regras adequadas às necessidades das pessoas e de comunidades (LATTIMORE et al., 2012). Por sua vez, as estratégias são como “um padrão numa sucessão de decisões”, o que permite o exame de comportamento das pessoas no âmbito social. Cada estratégia nasce de um pensamento ou ideia, sendo apenas um esboço pouco claro e incompleto da atuação das pessoas, mas com o tempo, evolui para uma visão integrada e consistente da via de desenvolvimento adequada à sociedade onde se inserem. Permite a prospecção das futuras ocorrências do meio envolvente e indicado o período de tempo em que poderão vir a ter lugar. Cada ocorrência identificada deve ser considerada uma oportunidade, independentemente da sua natureza.

A partir dessa reflexão inicial para justificar a escolha deste indicador, inicia-se por apresentar as considerações de Dudziak (2008, p. 41) ao mencionar que:

Ao longo da evolução dos estudos sobre a competência em informação muitos foram os consensos e alguns dissensos que ainda criam alguma polêmica. Hoje, as pesquisas em torno do tema encontram-se em um estágio de maturação que extrapolou a ideia inicial de conjunto de habilidades preconizado nos anos 80 e 90 pela American Library Association – ALA (1989; 1998) e avançou em direção a um entendimento mais dinâmico e complexo, voltado ao pleno desenvolvimento do indivíduo alfabetizado.[...] Entretanto, a legitimação da competência em informação como movimento de abrangência mundial é ainda um desafio para os países em desenvolvimento, principalmente para o Brasil, que ainda luta contra o analfabetismo [...].

A Proclamação de Alexandria, é um marco histórico para a CoInfo e se reconhece com o título “Os Faróis da Sociedade de Informação” - *The Alexandria Proclamation ‘Beacons of the Information Society’* (FARÓIS, 2005). Esse um documento demonstrou a importância da inclusão social, do desenvolvimento socioeconômico e da promoção do bem estar das pessoas pelo desenvolvimento de políticas, programas e projetos de CoInfo e aprendizado ao longo da vida, requisitos considerados fundamentais para o trabalho e qualidade de vida. Em decorrência:

é preciso preparar ações e traçar estratégias regionais e mundiais de difusão e institucionalização do tema que, no entendimento traçado durante o Colóquio, tem referência com a organização de encontros regionais e temáticos,

desenvolvimento de programas educacionais direcionados a bibliotecários e demais profissionais da informação, inclusão da competência em informação nos currículos da educação básica e também na educação continuada(DUDZIAK, 2008, p.43).

### ***2.1.4 Inclusão social e digital***

As transformações em direção à sociedade da informação, em estágio avançado nos países desenvolvidos, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade (BELLUZZO; ROSSETTO; FERES,2008). O avanço tecnológico no novo paradigma foi, em grande parte, o resultado da ação do Estado e é o Estado que está à frente de iniciativas que visam ao desenvolvimento da sociedade da informação nos países desenvolvidos e em muitas daqueles que ainda estão longe de ter esgotado as potencialidades do paradigma industrial (WERTHEIN, 2000, 2007).

Em termos gerais, é consenso entre analistas que a realização do novo paradigma se dá em ritmo e atinge níveis díspares nas várias sociedades. Junto com o jargão da “sociedade da informação” já é lugar comum um gap que distingue os países e grupos sociais “ricos” e ”pobres” em informação.

A sociedade contemporânea está centrada no desenvolvimento intelectual das pessoas para realizar processos/atividades que agregam novos conhecimentos e capacidades que contribuem para a inovação tecnológica, principal fator relacionado ao desenvolvimento econômico mundial. No Brasil existe a preocupação com ações para diminuir a exclusão social e digital. Desse modo, considera-se que:

A grande questão reside em como lidar com a exclusão digital existente no país, como o Brasil, que conta com altos índices de pobreza e analfabetismo. É certo que a pobreza e o analfabetismo se constituem como problemas que precisam ser sanados com urgência. Mesmo assim, não há como pensar a exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar [...] Na perspectiva do domínio da TIC pelo cidadão comum, é viável a geração de novas oportunidades no mercado de trabalho, nas relações com outras comunidades, fomento às novas habilidades e à

criatividade e, conseqüentemente, uma nova visão social e exercício da cidadania (LEMOS, 2007, p. 16).

Caminhamos em direção a uma sociedade “onde a divisão social não vai passar apenas por possuir ou não objetos, mas por possuir conhecimentos e saberes” (BARBERO, 2003, p.17). Assim, é preciso preparar as pessoas, os profissionais da informação e também a sociedade para participar e produzir conteúdos, a partir da realidade que vivenciam, da mesma forma que existe a necessidade de desenvolvimento de habilidades no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Entretanto, infere-se que ainda existe um interesse e uma articulação manifestados de forma incipiente quanto à CoInfo no tocante às questões de inclusão social e digital no contexto da própria área de Ciência da Informação. Estas condições afetam muito de perto o cotidiano dos cidadãos brasileiros, uma vez que as TIC trouxeram consigo enormes transformações sociais, havendo um grande desnível entre aqueles que conseguem acessar e usar a informação sem grandes dificuldades e que podem ser considerados “incluídos” na sociedade da informação que se vivencia. Daí a importância deste indicador como instrumento de análise dessa temática.

### ***2.1.5 Ambiente de trabalho***

Os desafios contemporâneos são evidenciados pelas TIC de produção, armazenamento, divulgação e uso da informação. Em decorrência, isso impacta a forma de estruturação das organizações públicas e privadas, considerando-se que os veículos de comunicação e informação facilitam a transferência e a circulação de grandes volumes de informações em rede, o que permite um aumento significativo de informações a serem gerenciadas. Ao mesmo tempo, surgem novos desafios na medida em que impõem a necessidade de contar com gestores e equipes preparadas para executar essa atividade de alta complexidade – há uma mudança de foco da valorização do conhecimento acumulado para a valorização da capacidade e qualidade de aprendizagem (ARDUINI, 2013).

Segundo Tomasi (2002, p. 6), a competência é caracterizada pela mobilização de saberes, que se congregam em "saber", "saber – fazer" e "saber ser". O primeiro se refere

aos conhecimentos das regras; o segundo a experiência da ação; e o terceiro ao comportamento e conduta do indivíduo. No contexto do trabalho, a CoInfo é aquela que habilita as pessoas para lidar com todas as fontes de informação, no sentido de organizar, filtrar e selecionar o que de fato é importante para a tomada de decisões no ambiente organizacional. Além disso, o fato da informação possuir valor agregado na sua essência, isso leva ao aumento de dificuldades das pessoas para identificar informações relevantes em meio à quantidade que hoje existe e que invade vidas profissionais, pessoais e econômicas. Daí a importância de se compreender o cenário de CoInfo no contexto laboral sob diferentes óticas: panorama histórico do tema, conceituação em diferentes abordagens, descrição de modelos de análise, incluindo-se propostas de ações para o desenvolvimento dessa competência e relatos de experiência com trabalhadores no contexto brasileiro.

### *2.1.6 Cidadania e aprendizado ao longo da vida*

Considera-se que a CoInfo está no núcleo do aprendizado ao longo da vida. Seu conceito vincula-se à necessidade de se exercer o domínio sobre o sempre crescente no universo informacional, abrangendo três dimensões: conhecimento, habilidades e atitudes, compondo direito humano básico em um mundo digital, necessário para gerar o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade, criando condições plenas de inclusão social e cultural.

Os componentes que sustentam o conceito de CoInfo são: o processo investigativo; o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida. Dessa maneira, entende-se que a competência em informação deva ser compreendida como uma das áreas que requer um aprendizado. Constitui-se em processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e de sua abrangência, em busca da fluência e das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida (BELLUZZO, 2007).

A era da informação e do conhecimento que se vivencia caracteriza-se pela superação das barreiras temporais e territoriais através da globalização. As pessoas têm seus relacionamentos reconfigurados por uma rede de proporções mundiais. A sobrevivência nesse cenário requer aptidão e o desenvolvimento de habilidades para que o indivíduo seja capaz de acessar, compreender e fazer melhor uso das informações disponíveis para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida.

O conceito de cidadania deve ser compreendido:

dentro de uma perspectiva de construção histórica, ou seja, seu desenvolvimento ocorreu, e em certa medida ainda vem ocorrendo, através de um processo de lutas sociais intensas, muitas vezes marcadas pelo uso de diversas formas de violência. Trata-se de um conceito dinâmico, não estanque, construído paulatinamente e que assume diferentes significados para cada contexto em que é analisado [...] Depreende-se daí que a informação é um dos pressupostos básicos para o exercício da cidadania. É por meio do acesso a informações que o cidadão tem condições de conhecer e cumprir seus deveres, bem como de entender e reivindicar seus direitos. Somente através de informação os indivíduos podem contribuir, participar e ocupar seu espaço na sociedade, assim como acompanhar, avaliar e questionar as ações do Estado com o objetivo de promover o bem comum. (SANTOS; DUARTE; PRATA, 2008, p.212).

O que fica evidente é que o cidadão na sociedade atual precisa estar ciente das questões ora apresentadas e que lhes exigem a adoção de novas posturas, na tentativa de selecionar, dentre o caos informacional, as informações que contribuam para o processo de seu crescimento pessoal e profissional em prol do coletivo, sendo esse um processo *in continuum*.

### ***2.1.7 Busca e uso da informação***

Evidencia-se que o processo investigativo é o principal componente da CoInfo, na afirmação de que “compreender o processo investigativo é fundamental para a competência em informação.” (DUDZIAK, 2009, slide 28). Melo; Araújo (2007) destacam algumas habilidades pertinentes ao processo investigativo, englobando itens tais como: acessar a informação a partir de vários meios; aferir ou avaliar a informação provinda de uma variedade de meios; e buscar a informação necessária efetivamente.

Toda pesquisa constitui uma das principais atividades realizadas no processo de ensino e aprendizagem de todas as pessoas, apresentando alguns princípios de importância no cenário da sociedade em que vivemos, tais como: auxilia a estudar com independência, planejar, conviver e interagir em grupo, conhecer e aceitar as opiniões de outros, usar adequadamente e de forma inteligente os recursos informacionais, desenvolver o pensamento crítico e o gosto pela leitura, adquirir autonomia no processo do conhecimento, aprender a trabalhar de forma colaborativa e em rede, entre outros (MORO, ESTABEL, 2004).

Ressalte-se que por pesquisa deve-se entender um processo racional e sistemático, planejado e desenvolvido com apoio do método reflexivo e que requer tratamento científico, tendo como objetivo buscar respostas e soluções a problemas sugeridos ou emergentes (BELLUZZO; BARROS, 2007). Por sua vez, atualmente, as fontes de informação se diversificaram e se multiplicaram com o surgimento da Internet, denominada “rede das redes” (CASTELLS, 2003). Assim, se, de um lado, as facilidades informacionais puderam ser ampliadas, pode-se dizer que a complexidade na condução das buscas aumentou de forma incontestável para o acesso e uso da informação e sua aplicabilidade à geração do conhecimento – isso estabelece a necessidade do desenvolvimento de novas capacidades, ou seja, da CoInfo enquanto uma competência que compreende que o “acesso e uso crítico da informação e da tecnologia da informação são absolutamente vitais para a formação permanente [...] e ninguém pode ser considerado intelectualmente preparado se não for competente em informação” (BRUCE, 2003, p. 1).

### **2.1.8 Boas práticas (*Best practices*)**

Busca-se aqui identificar e levar em conta todos os aspectos inerentes ao conceito da CoInfo, implicando desde as teorias de ensino/aprendizagem, geradas pelas ciências da educação, as questões cognitivas, apresentadas pela psicologia, as questões sociais apresentadas pela sociologia através do desenvolvimento sociocultural dos contextos, onde estas práticas estão inseridas.

Considera-se a importância de “boas práticas” porque as questões sobre a CoInfo, através da própria mudança das necessidades dos seus utilizadores, estão sempre em evolução e, quando definimos o conceito e apresentamos as suas práticas, existe algo que vai sendo posto em causa, acrescentando um novo dado em função do desenvolvimento das necessidades do próprio indivíduo mas também, com a mudança social, originada pelo desenvolvimento das TIC.

A CoInfo, na sociedade contemporânea, tem seus objetivos legítimos pretendidos, sendo um importante instrumento para promover o desenvolvimento e o progresso social como um todo. Neste sentido, a adoção de boas práticas para sua aplicação proporciona benefícios para a sua implementação, para a eficácia e eficiência da atuação das organizações no cumprimento dos seus objetivos legítimos, além de promover a cidadania e o aprendizado ao longo da vida. Não por acaso, diversos organismos internacionais vêm desenvolvendo estudos sobre boas práticas nessa direção e acordos multilaterais e bilaterais vêm afetando a maneira de se estabelecer normas, indicadores, padrões, modelos e outros mecanismos em diversos tipos de contextos e cenários. Desse modo, os documentos identificados na literatura especializada envolvem informações precisas do ponto de vista da gestão da informação e técnico, de fácil entendimento para os profissionais da informação sobre o desenvolvimento da CoInfo e sua aplicação no Brasil. Também constituem referência permanente de leitura, refletindo o melhor do conhecimento e das experiências dessa área que devem ser compartilhadas.

### ***2.1.9 Gestão da informação, gestão do conhecimento e inteligência competitiva***

Têm importância estudos que identificam e estabelecem uma relação entre a CoInfo, a gestão da informação e a gestão do conhecimento, de forma integrada e para demonstrar que o resultado será propiciar maior efetividade aos processos informacionais, contribuindo para o desenvolvimento desta temática no contexto da sociedade contemporânea, pois, características do paradigma econômico no século XXI e que trazem mudanças no comportamento humano e organizacional, em conjunto, estão dirigindo a transformação da economia mundial em várias dimensões.

Devido à quantidade de informações disponíveis, os gestores devem ser capazes de reconhecer a necessidade de olhar constantemente para informações como um bem social, organizá-las e utilizá-las em suas organizações, criando a consciência que permitirá a obtenção de vantagem competitiva. Enquanto habilidade de lidar com a informação, no sentido de localizar, adquirir, selecionar e tomar decisões assertivas a gestão da informação e a CoInfo apresentam-se como elementos importantes no contexto da gestão do conhecimento e das organizações que aprendem continuamente.

“Considera-se que a COINFO possui uma função social importante para qualquer tipo de sociedade, bem como para qualquer tipo de organização e, portanto, extrapola os limites das bibliotecas” (VALENTIM; JORGE; CERETTA-SORIA, 2014, p.215). Além disso, para Valentim (2002), a informação é compreendida como matéria-prima, ou seja, insumo básico de fluxos e processos sociais, a comunicação/telecomunicação como meio de disseminação e as tecnologias da informação como infraestrutura de armazenagem, processamento e acesso. Nesse contexto, surgem dois modelos de gestão que são determinantes para as organizações no âmbito da sociedade contemporânea: a gestão da informação (GI) e a gestão do conhecimento (GC), sendo que “a relação entre COINFO, GI e GC é direta, uma vez que o indivíduo tanto no âmbito da GI, quanto no âmbito da GC deve possuir competências específicas para agir sobre a informação e o próprio conhecimento” (VALENTIM; JORGE; CERETTA-SORIA, 2014, p.221).

Acredita-se, portanto, existir inter-relação entre os modelos e padrões de CoInfo e as diferentes formas de criação, compartilhamento e aplicação do conhecimento nas organizações. O conhecimento decorrente da informação acessada e utilizada de forma inteligente com a CoInfo em articulação às condutas de GC possibilitam a criação da inteligência de negócios ou inteligência competitiva que, por sua vez, pode conduzir as organizações a novas vantagens e diferenciais em mercado competitivo.

### ***2.1.10 Bibliotecas, bibliotecários e arquivistas***

Devido às características sociais e educacionais, estudos e projetos sobre a CoInfo, essa área vêm se expandindo, sendo estabelecido que a necessidade de se conhecer as

competências específicas dos indivíduos e grupos deve fazer parte dos esforços e práticas desenvolvidas pelas bibliotecas e de seus profissionais no sentido de analisar e propor procedimentos que propiciem a capacitação quanto ao acesso e apropriação da informação pelas pessoas, visando à transformação em novos conhecimentos.

De acordo com Hatschbach; Olinto (2008), a necessidade de desenvolvimento de habilidades para o melhor uso da informação faz parte da agenda da área de educação e informação, resultante da interação da Ciência da Informação com as teorias educacionais vinculadas às novas abordagens adotadas por essa área. Considera-se, portanto, que seja papel da biblioteca ajudar no desenvolvimento da CoInfo, sendo necessário avançar e determinar a legitimidade da participação do bibliotecário no processo. Vale ressaltar o papel das bibliotecas (escolares, públicas, universitárias, especializadas etc.) como elementos preponderantes em cadeia de atores que concebem, preparam, agem e proporcionam o desenvolvimento da CoInfo na sociedade contemporânea. No entanto, é aconselhável que se orientem por algumas premissas, tais como: a alta expertise, visto que a própria equipe da biblioteca deve apresentar essa competência, no sentido de conhecer bem os canais e fontes de informação, os métodos, técnicas e estratégias de busca, recuperação e acesso à informação e às suas fontes especializadas, bem como, lidar com perícia com o usuário, sabendo reconhecer suas necessidades informacionais e aplicando estratégias cognitivas, mediadoras, didáticas e comunicativas inovadoras. Esses conceitos também se aplicam à área de arquivologia e aos arquivistas, embora ainda seja uma situação emergente.

### ***2.1.11 Mídia e tecnologias***

Ressaltam-se as áreas de informação e comunicação, tendo em vista a necessidade da existência de práticas sociais que possam orientar a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e coletivo a fim de atender às demandas por mediação dos novos instrumentos informáticos ou tecnologias de representação e comunicação dominantes no contexto atual e sua ágil inserção no cotidiano das pessoas. Enfatiza-se a questão da convergência entre os tradicionais meios de comunicação e as novas

possibilidades digitais e a necessidade de condutas de gestão interdisciplinar voltadas a uma linguagem significativa para as pessoas, enquanto seres históricos, a fim de que possam estar bem informadas e saibam empregar os seus conhecimentos para tomar decisões em seu tempo e destinadas ao bem comum, situações que fazem parte das características da CoInfo.

Toda pessoa tem por natureza a curiosidade e a criatividade, o que implica em constante questionamento das diferentes situações a que está sujeita a enfrentar e, para compreender a realidade em que vive, requer acesso e uso da informação de forma inteligente. Desse modo, motivar essas competências naturais e orientar o seu desenvolvimento sistemático e gradual permitirá aumentar a disposição para a educação contínua e a capacidade de adquirir e inovar o conhecimento, o que pode ser sintetizado na aquisição de uma cultura da informação, do conhecimento e da aprendizagem. Considerando-se que, na atualidade, a sociedade se encontra imersa em um processo de transformação estrutural em diversos campos, assistimos em decorrência o que se pode denominar de imperativo tecnológico, a partir do qual somos impactados pelos rápidos avanços e nos submetemos às novas exigências de uso e de capacitação para superar as lacunas naturais. Frente a esta realidade, é preciso que existam práticas sociais que possam orientar a produção e compartilhamento do conhecimento individual e coletivo a fim de atender às necessidades de mediação das novas ferramentas informáticas ou tecnologias de representação e comunicação dominantes no contexto atual e sua ágil inserção no cotidiano das pessoas (BELLUZZO, 2006).

Um fato marcante nesse cenário é a convergência entre a mídia e os meios de comunicação tradicionais e as novas possibilidades digitais, o que vem reforçar a necessidade do estabelecimento de paradigmas diferentes que considerem as mudanças de condutas nas formas de gestão da informação e da comunicação na sociedade contemporânea (WILSON et al. 2013).

### *2.1.12 Diferentes grupos ou comunidades*

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, em sua 33.<sup>a</sup> reunião, celebrada em Paris, de 3 a 21 de outubro de 2005, aprovou a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. De certa maneira trata-se de um mecanismo de reconhecimento legal dos diferentes povos e comunidades. Tal documento reconhece explicitamente a diversidade linguística, a diversidade dos conhecimentos e práticas tradicionais e das demais expressões culturais dos povos, chamando a atenção para a importância dos direitos de propriedade intelectual, para “melhoras” na condição da mulher e para tolerância, justiça social e respeito mútuo entre povos e culturas.

A possibilidade das pessoas terem acesso aos recursos informacionais e às Tecnologias de Informação e Comunicação presentes no nosso cotidiano como instrumentos indispensáveis às comunicações pessoais, de trabalho e de lazer, é uma condição para o avanço social. Assim, para alcançar essas condições ou requisitos as pessoas precisam apresentar um repertório amplo no que se refere à CoInfo, que podem ser desenvolvidas mediante a adoção de um comportamento apropriado que possibilite identificar, mediante qualquer fonte, a informação adequada às necessidades, proporcionando o uso correto e ético da informação na sociedade contemporânea (JOHNSTON; WEBBER, 2006).

Desse modo, acredita-se que a CoInfo é um fator crítico e condicionante ao desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil na contemporaneidade e, portanto, merece a atenção primária no que tange à mobilização da Sociedade Civil organizada e dos Órgãos Governamentais para a sua integração às ações de democracia e exercício pleno da cidadania, sendo o seu desenvolvimento priorizado para grupos /comunidades considerados marginalizados (mulheres, crianças, idosos, portadores de deficiências etc.) entendidos como sendo aquelas que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, principalmente, em relação às questões que envolvem o acesso e uso da

informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia a fim de permitir a sua efetiva inclusão social.

### *2.1.13 Tendências e perspectivas*

A grande importância das informações e do conhecimento na atualidade, aliada ao intenso e incessante processo de mudança da sociedade e de suas tecnologias, tem justificado a posição de pesquisadores e instituições em todo o mundo quanto à necessidade da CoInfo nos mais variados contextos. No entanto, no Brasil essa área ainda requer a sistematização de pesquisas e estudos que ofereçam a possibilidade de construção de base teórica e de soluções práticas para o desenvolvimento efetivo dessa competência nas organizações.

Consideram-se desde aspectos teórico-conceituais acerca do cenário e das características da sociedade contemporânea até reflexões sobre as novas dinâmicas de interações entre os seres humanos e a realidade onde se inserem. Ênfase é oferecida às tendências e perspectivas que têm contribuído para acelerar as transformações sociais em curso e a necessidade do desenvolvimento da CoInfo, enquanto requisito fundamental para o “aprender a aprender” e o aprendizado ao longo da vida na era digital, em meio à economia globalizada, a explosão das comunicações e os avanços das tecnologias digitais interativas. Assim, a gestão da informação e sistemas de representação, gestão de conteúdos e de conhecimento colaborativo e interfaces baseados no contexto e na semântica, incluindo o desenvolvimento de projetos mediante o aporte de conhecimento e avaliação de ferramentas de criação, organização, navegação, recuperação, compartilhamento, preservação e difusão de plataformas midiáticas e tecnológicas contemporâneas são objeto de atenção primária para novas tendências e perspectivas em CoInfo (BELLUZZO, 2008).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se ser necessária, ainda, a abertura para novos espaços de reflexão e discussão do teor desta contribuição a fim de que haja a consolidação efetiva do tema “Competência em Informação” e, em decorrência sua aplicabilidade a diferentes contextos no cenário nacional.

Ressalta-se, ainda, a expressão de Isa Maria Freire (UFPB) ao mencionar o que denomina de “Movimentos da Competência em Informação” (2015):

A emergência e a importância da CoInfo para o Brasil nos últimos anos, indica fortemente a necessidade de compartilhamento de experiências e vivências aplicáveis à realidade brasileira, para o enfrentamento de desafios que exigem e implicam na redução das iniquidades sociais e desigualdades regionais, no que diz respeito às políticas de acesso e uso da informação para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida. ([http://dci.ccsa.ufpb.br/lti/?Movimento Compet%20EAnicias](http://dci.ccsa.ufpb.br/lti/?Movimento%20Compet%20EAnicias)).

Buscou-se a identificação e sistematização de indicadores que contribuam para o desenvolvimento da CoInfo em âmbitos que envolvem a Ciência da Informação e seus relacionamentos, voltada para o efetivo aprendizado ao longo da vida, permitindo uma estruturação de programas educacionais em informação que possam ser direcionados de forma mais específica aos perfis cognitivos pessoais, adequando-se aos mesmos e estimulando nos usuários/aprendizes o desenvolvimento da interação do ser humano com a Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento e da Aprendizagem. Entretanto, ressalta-se que os indicadores de análise apresentados, como contribuição à formação de base teórica, não têm caráter permanente e devem ser aplicados a outros estudos e pesquisas para uma avaliação *in continuum* a fim de que possam existir ajustes que se fizerem necessários e uma constante atualização, tendo em vista as transformações e variáveis que poderão ocorrer no contexto brasileiro e nas produções dos autores nacionais ao longo do tempo.

---

**The state of the art of information literacy (IL) in Brazil: since initial reflections from the presentation and description of the analytical indicators.**

**Abstract:** Results are presented in Part I of research on the state of the art expertise in information literacy (IL) in Brazil (2000-2016) involving the indicators that were built conceptually since 2003, from research project entitled "In search parameters evaluation of the training of elementary school teachers for the development of information literacy", developed in post-doctoral level with the Postgraduate in Education Program (UNESP-Araraquara) and now in continuous improvement, have been updated and reworded to analyze the document *corpus* on the basis of Bardin Content Analysis. Such indicators were recorded as: terminological issues; contexts and theoretical approaches; policies and strategies; social and digital inclusion; place of work; citizenship and learning lifelong; search and use of information; best practices; information management, knowledge management and competitive intelligence; libraries, librarians and archivists; media and technologies; different groups or communities; and trends and perspectives. At the end, a conceptual description of these indicators for better understanding and application possibilities in future research and studies is presented.

**Keywords:** Information literacy. Indicators.

**REFERÊNCIAS**

ARDUINI, S. da S. A. **Competência em informação no local de trabalho: mapeando caminhos por meio da literatura.** 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=ARDUINI+Compet%C3%A2ncia+em+informa%C3%A7%C3%A3o+disserta%C3%A7%C3%A3o+ECA-USP> Acesso em: 20 jan. 2016.

BARBERO, M. **Conferencia en la Universidad de la República.** In: UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA: Comunicación y universidad. Montevideo: Universidad de la República, 2003.

BELLUZZO, R.C.B. **Relatório final apresentado ao Programa de Pós-Doutorado em Gestão Escolar.** Araraquara: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/Unesp, 2003.

BELLUZZO, R.C.B. Formação contínua de professores do ensino fundamental sob a ótica do desenvolvimento da information literacy, competência indispensável ao acesso à informação e geração do conhecimento. **Transinformação**, Campinas, v.16, n.1, p.17-32, jan./abr. 2004.

BELLUZZO, R.C.B. O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 78-89, dez. 2006. Disponível em: < <http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/19/7>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2 ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.

BELLUZZO, R.C.B.; BARROS, D.M.V. de. Pesquisas virtuais: metodologias e usos. In: JESUS, A.C. de (Org.). **Pedagogia cidadã**: cadernos de formação: gestão da informação. 2.ed. São Paulo: UNESP: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2007. p.93-108.

BELLUZZO, R.C.B. O desenvolvimento da competência em informação com apoio de mapas conceituais sob o enfoque das tecnologias digitais interativas. UNICAMP, 2008. Disponível em: [http://www.lantec.fe.unicamp.br/lantec/pt/tvdi\\_portugues/regina.pdf](http://www.lantec.fe.unicamp.br/lantec/pt/tvdi_portugues/regina.pdf) Acesso em: 20 abr. 2016.

BELLUZZO, R.C.B.; ROSSETTO, M.; FERES, G.G. **A inclusão digital e as bibliotecas públicas no Brasil**. Bauru: Cá Entre Nós, 2008. (CD-ROM)

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. CNPq. **Censos. 2002**. Disponível em: <http://plsq11.cnpq.br/censos/perguntas/perguntas.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRUCE, C. S. Lãs siete caras de la alfabetización en información en la enseñanza superior. **Annales de Documentación**, n. 6, p. 289-294, 2003.

BUSH, V. Science: the endless frontier. Disponível em: <http://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm> Acesso em: 20 jul. 2016.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoria, métodos, aplicaciones. Barcelona: Antártida, 1993.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DUARTE, I. M. Terminologia linguística: pragmática e linguística textual. Modos de operacionalização – alguns exemplos. In: \_\_\_\_\_ **Terminologia linguística**: das teorias às práticas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos, 2005. p. 99-109.

DUDZIAK, E.A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/123/104>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

DUDZIAK, E. A. **Componentes da competência em informação.** Aula 1 - curso de capacitação de bibliotecários do SIBi-USP – Training The Trainers in Information Literacy, 2009. (slide 28).

DUDZIAK, E.A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade.**: Estudos. , João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: [www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/1704/2109](http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/1704/2109) Acesso em: 20 ago. 2016.

DUDZIAK, E. A. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 1 - 22, jul./dez. 2010.

ESESP. Elaboração e análise de indicadores.2016. Disponível em: [http://esesp.es.gov.br/Media/esesp/Apostilas/apostila\\_completa\\_elabora\\_anal\\_indi.pdf](http://esesp.es.gov.br/Media/esesp/Apostilas/apostila_completa_elabora_anal_indi.pdf) Acesso em: 20 jul.2016.

FARÓIS da Sociedade de Informação. Versão em português do documento Beacons of the Information Society, Alexandria, 2005. Disponível em: <<http://www.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

FINEP. **Termos e conceitos.** Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/biblioteca/glossario> Acesso em: 20 jul. 2016.

HATSCHBACH; M.H. de L.; OLINTO, G. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78> Acesso em: 20 fev. 2016.

HORTON, JR.,F. W . **Overview of information literacy:** resources worldwide. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219667e.pdf>. Acesso em: 02 maio 2016.

HORTON, JR.,F. W . **Overview of information literacy:** resources worldwide. 2.ed. Paris: UNESCO, 2014/2015. Disponível em: <http://infolit.org/unescos-overview-of-information-literacy-resources-worldwide-2nd-ed-2014-2015/> Acesso em: 02 maio 2016.

ISO. **ISO 11620:1998(F).** Information and Documentation: indicateurs de performance des bibliothèques. Genebra: ISO, 1998.

JOHNSTON, B.; WEBBER, S. As we may think: Information literacy as a discipline for the information age. **Research Strategies**, v. 20, p. 108–121, 2006. Disponível em:



[ftp://ftp.inf.pucrio.br/pub/docs/FomularioSolicitacoes/Johnston\\_As-we-may-think-Information-literacy-as-a-discipline-for-the-information-age\\_2005.pdf](ftp://ftp.inf.pucrio.br/pub/docs/FomularioSolicitacoes/Johnston_As-we-may-think-Information-literacy-as-a-discipline-for-the-information-age_2005.pdf) Acesso em: 20 fev. 2016.

KOBASHI, N.Y. ; SANTOS, R.N.M. dos. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas.

**Transinformação**, Campinas v.18 n.1, p. 27-36, jan./apr. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862006000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862006000100003) Acesso em: 24 ago. 2016.

LATTIMORE, D. et al. **Relações públicas**: profissão e prática. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2012. P.131-132.

LEMONS, A. (Org). **Cidade digital**: portais, inclusão e redes no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

MATEUS, M. H. ; CORREA, M. (Coords.). **Terminologia**: questões teóricas, métodos e projectos. Lisboa: Publicações Europa – América, 1998.

MELO, A. V. C. de; ARAÚJO, E. A. de. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 185- 201, maio/ago. 2007.

MORO, E. I. da S.; ESTABEL, L.B. A pesquisa escolar propiciando a integração dos atores-alunos, educadores e bibliotecários – irradiando o benefício coletivo e a cidadania em um ambiente de aprendizagem mediado por computador. **RENOTE, Revista de Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v.2, n.1, p1-10, mar. 2004.

OCDE. **Glossary of statistical terms**. Genebra: OCDE, 2001. Disponível em: <https://stats.oecd.org/glossary/> Acesso em: 20 jul.2016.

POBLACIÓN, D. A.; OLIVEIRA, M. de. Input e output: insumos para o desenvolvimento da pesquisa. In: POBLACION, D. A.; WITTER, P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006.

SANTOS, E. M. dos; DUARTE, E. A.; PRATA, N V. Cidadania e trabalho na sociedade da informação: uma abordagem baseada na competência informacional. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte , v. 13, n. 3, p. 208-222, Dec. 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362008000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000300014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. **Construção e análise**

**de indicadores.** Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. Curitiba: [s.n.], 2010.

SUNDIN, O. **From the periphery to the centre:** some aspects regarding the future of information literacy research. Position paper for the Social Media and Information Practices workshop: State of the art and future challenges for information literacy research, University of Borås, Sweden 10-11 November 2011. Disponível em: <http://www.webcitation.org/6INvJQxZN>. Acesso em: 22 set.2016.

TOMASI, A.P.N. Qualificação ou competência? **Educação & Tecnologia**, v.7, n.1, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www2.cefetmg.br/dppg/revista/arqRev/revistan7v1-artigo7.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

VALENTIM, M.L.P.; JORGE, C.F.B.; CERETTA-SORIA, M.G. Contribuição da competência em informação para os processos de gestão da informação e do conhecimento. **Em Questão:** Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 208-230, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/48642/32122> Acesso em: 20 fev. 2016.

WHERTEIN, J. **Inclusão na sociedade do conhecimento.** Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=48174>> Acesso em: 26 jun.2016.

WHERTEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p.71-77, maio/ago. 2000.

WILSON, C. et al. **Alfabetização midiática e informacional:** currículo para a formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf> Acesso em: 20 fev. 2016.

---

### Informações da autora:

#### **Regina Celia Baptista Belluzzo**

Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação – ECA-USP/SP-Brasil

Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UNESP- Campus de Marília

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0812422122265124>

Email: [rbelluzzo@gmail.com](mailto:rbelluzzo@gmail.com)

